

DESGASTE DA PRESIDÊNCIA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 13.09.1983

Quando a instituição da presidência da república entra em processo de deterioração e esvaziamento no Brasil, temos um sinal seguro de que a crise político-institucional está chegando a um ponto perigoso. Ora, todos os fatos indicam que estamos chegando próximos desse ponto. Agora não são mais apenas os ministros ou os tecnoburocratas civis e militares o alvo da crítica e da insatisfação da sociedade, é o próprio presidente da república.

A instituição da presidência da república sempre foi muito poderosa no Brasil. Não apenas porque o sistema de governo é presidencialista e o sistema político tem sido quase sempre autoritário, mas também porque está na tradição da sociedade brasileira um extraordinário respeito por quem ocupa a presidência da república.

É preciso não confundir o autoritarismo com o prestígio da instituição presidência da república. Embora os dois fenômenos sejam relacionados, é possível termos um sistema político razoavelmente democrático e ao mesmo tempo uma presidência da república forte e respeitada. Porque o presidencialismo não é necessariamente autoritário. Tende a sê-lo, mas nada impede pelo contrário, tudo favorece que um presidente da república exerça com grande autoridade e prestígio seu cargo nos quadros da democracia.

Esse prestígio natural ou tradicional da presidência da república traduz-se principalmente no fato que a sociedade tende sempre a criticar os subordinados diretos ou indiretos do presidente, mas não o próprio presidente. Este tende a ficar em uma espécie de limbo, como se fosse um árbitro, muito mais do que um ator do processo político.

Até há pouco era exatamente isto o que ocorria no Brasil. Embora o governo viesse sofrendo uma progressiva perda de legitimidade, agravada pelos resultados das eleições de 1982 e pelo aprofundamento da crise econômica, e embora os ministros ficassem sob pesada crítica da sociedade civil, o presidente era sempre preservado.

Essa situação, entretanto, mudou completamente nos últimos meses. A total incapacidade do presidente da república de se sensibilizar e responder positivamente às manifestações formais e informais da sociedade civil, agravada por sua doença e pela operação cirúrgica a que teve que submeter-se, levaram-no a um total isolamento. A consequência disso foi um acelerado processo de desgaste da instituição presidência da república. Não só o presidente passou a ser criticado diretamente, mas começou-se a pedir publicamente a sua renúncia ou até mesmo o seu “impeachment”.

Para contrabalançar esse processo organizaram-se manifestações oficiais, primeiro do PDS, depois dos próprios militares. Mas é claro que essas manifestações artificiais não lograram seu intento: restabelecer o prestígio e o poder da presidência.

Segundo a tradição que se estabeleceu no regime autoritário brasileiro após 1964, cabe ao presidente da república escolher seu sucessor. Pretende-se repetir essa prática na presente conjuntura, depois de “ampla consulta à sociedade”, segundo se anuncia, mas é óbvio que suas probabilidades de êxito são mínimas. O mais provável caso se insista nessa idéia, é um desgaste ainda maior do presidente, com graves riscos para o “lento e gradual” processo de redemocratização.

Nessas circunstâncias tudo indica que só resta ao presidente uma alternativa para recuperar o prestígio da presidência: abandonar a idéia autoritária que lhe cabe escolher seu sucessor e adotar a idéia alternativa esposada pela grande massa da sociedade civil que seu papel no presente momento é estabelecer as condições constitucionais para que a própria sociedade escolha seus futuros governantes.(13/09)